

Escola particular ou bomba-relógio?

Padre Luiz Fernando Klein *

A recente decisão do Tribunal Regional do Trabalho concedendo reajuste salarial de 84,32% aos professores da rede particular de ensino era a peça que faltava para a armação da bomba-relógio em que se converteu hoje a Escola Particular no Município do Rio de Janeiro.

Vitimados pela coincidência da data-base dos professores (abril) com a deflagração do Plano Brasil Novo, o sindicato dessa categoria e o dos estabelecimentos de ensino se encontram encurralados num beco sem luz, sem ar e sem saída.

Sem poder aumentar suas mensalidades por força da legislação vigente, sem poder celebrar acordos com os pais dos alunos, obrigada até a devolver parte da atual cobrança, a direção das escolas quebra a cabeça para resolver a inédita equação imposta: desembolsar mais, arrecadando o mesmo ou até menos, como em diversos casos.

Não há receita nem mágica possíveis para deslindar o presente impasse: a Escola Particular no Rio de Janeiro converteu-se numa bomba-relógio ligada, em contagem regressiva.

No entanto, o mais perverso e dramático em tal quadro é que os protagonistas do processo educativo — alunos, pais, diretores, educadores e funcionários — são atiçados a se agredirem e devorarem mutuamente, numa defesa desesperada dos próprios interesses.

mordendo, sem perceber a isca de sua desagregação.

Em todas as situações de impasse de mensalidades e salários os diversos segmentos da escola vêm se digladiando, de modo crônico, quase ritual, como se fossem rivais e não companheiros da mesma e nobre empreitada educativa.

Os professores alvejam os diretores em vista de melhores salários e condições trabalhistas, acusando-os de intransigentes e aferrados aos lucros das escolas. Mas, intransigentes também são chamados os professores, por diretores, pais e alunos, penalizados com a suspensão das aulas. Os diretores são severamente cobrados pelos pais por não atuarem com pulso firme exigindo aos docentes o pronto retorno à sala de aula e ainda, por pretenderm repassar às mensalidades o que eles, pais, alegam não receber nos salários. Os alunos engrossam o coro e as passeatas contra o aumento das mensalidades, tachando seus diretores com o desgastado refrão de "tubarões do ensino". Outros pais ainda tramam o atraso e o boicote às mensalidades, aumentando mais os ingredientes combustíveis.

No entanto, a escola não é a arena da medição de forças dos interesses conflitantes, mas o espaço privilegiado para a humanização e a socialização de todos: educandos e educadores, pais e funcionários, colocando em comum talentos e experiências, tempo e energias!

A Escola tem a tarefa histórica de mostrar aos seus componentes e à socie-

dade, por seu currículo e por seus procedimentos, que o ser-pessoa-em-comunidade constitui uma possibilidade de acessível, e não é uma cogitação fantiosa.

Por sua razão e função, a Escola, no caso a Particular, desenganada pelo poder público e por conhecidos setores da sociedade, deve aprumar-se incontinenti, sacudir as marcas do seu cansaço e abatimento e dar a volta por cima do cipóal de leis, decretos, portarias e arianhas, desmontando a bomba-relógio que prenuncia seu ocaso.

O desmonte da bomba só será possível com o concurso de todos: alunos, pais, direção, educadores, funcionários, cada grupo superando os próprios interesses, todos intransigentes na verdade e na justiça, transigentes contudo no diálogo sobre as estratégias.

A causa dos professores é de toda a Escola e não monopólio da sua representação sindical! Deve sensibilizar a todos o conhecimento exato das condições de vida do professor que, regra geral, para garantir apenas a sobrevivência, se congestiona com 50 e mais aulas semanais, tendo o lazer e o fim de semana descontraído com a família como miragem ou sonho de burguês. Não se pode mais tolerar que 80% do magistério particular — segundo consta — recebam o piso salarial, atualmente em torno de seis mil cruzeiros! Iludida sociedade que assim pensa capacitar seus filhos para o amanhã! A dignidade da pessoa e da missão do professor não pode mais tol-

rar a mendicância de percentuais em cada campanha salarial, mas exige um pronto resgate e equiparação do seu piso às categorias de homóloga formação.

Por outro lado, é injusto abandonar os diretores dos estabelecimentos na linha de batalha da sua sobrevivência como se tal questão fosse de seu bel-prazer ou exclusiva obrigação! Todos os interessados na Escola são co-responsáveis em defender seu direito a existir, cada um a seu modo, com a respectiva competência.

O adesivo colado hoje sobre os diretores das Escolas Particulares apresenta poucas variantes: vilões, tubarões, gananciosos, exploradores... Ainda que se comprovasse, em alguns casos, a atribuição de tais epítetos, sua generalização a toda a categoria é campanha sórdida e aviltante. Vez por outra surgem vozes acusando os diretores de terem se locupletado com a fantástica ciranda financeira até dois meses atrás, não podendo, portanto, ser verdadeira sua alegada dificuldade orçamentária. Se as escolas, com diploma de utilidade pública e filantropia, quase todas confessionais, que têm hoje seu dinheiro desbloqueado, se encontram à beira do colapso, conforme a comprovação de suas planilhas, que dizer das demais?

Como a categoria dos pais é integrante e não espectadora do estabelecimento educativo, seus interesses e suas necessidades merecem o respeito e o tratamento dos demais grupos componentes.

A questão das mensalidades não é relegada aos pais e diretores, como sendo assunto deles e de mais ninguém. A questão afeta a todos e por todos deve ser equacionada: como equilibrar justa e harmonicamente custos e preços?

Num nível imediato urge que todos os segmentos da Escola façam os Parlamentares no Congresso Nacional e as autoridades econômicas e educacionais nos respectivos Ministérios ouvirem de modo firme e inequívoco que não só o repasse dos aumentos salariais sobre as mensalidades, como a fixação destas segundo a planilha de custos, é condição de sobrevivência da iniciativa particular. Isso deve ser considerado na próxima votação da Medida Provisória nº 183.

É compreensível que alguns pais, temerosos de reajustes descabidos, se entristeçam contra qualquer proposta de repasse, argumentando com a exorbitância dos índices percentuais e comparando-os com o orçamento familiar.

No entanto, é fundamental recordar como nestes anos recentes os preços das Escolas, à diferença de outros serviços da sociedade, têm sido feroz e irrealisticamente controlados por uma profusão desordenada de determinações governamentais. Nunca as Escolas têm podido corrigir a base de suas mensalidades de acordo com seus custos reais. E sobre essa base insuficiente é que vão sendo aplicados e retirados índices, URPs, "gatilhos", IPCs, medidas provisórias, deliberações etc.

A falta de um saneamento da base das mensalidades é que tem ocasionado as desconfianças, acusações, contendas e protestos de grupos ou associações de pais, e ameaças de devassa, prisões etc. como se os diretores fossem delinquentes, manipuladores da verdade, sonegadores de planilhas.

Num nível mais profundo e radical os segmentos da Escola devem exigir agora — e esta é a hora! — o sepultamento da ingerência do Estado na Escola Particular, direito líquido e certo de uma sociedade democrática.

Estando livre e desimpedido nos seus gestos, a Escola, como instituição educativa que é, tem experiência e competência para dialogar com seus pais e contratar com eles o preço do serviço que lhes presta.

O que é injusto — e deve ser denunciado — é que, por incapacidade de dotar e gerir a rede pública de ensino, o governo atormenta financeiramente a Escola Particular, provoque a luta fratricida entre os seus grupos componentes e, pior, retire diante da opinião pública, e dos alunos em especial, sua dignidade e autoridade moral.

Desmontar a bomba e salvar a Escola é tarefa de todos, juntos: alunos, pais, direção, educadores e funcionários. Os interesses de um grupo são os de todos! Ou se luta junto ou se assistirá, em breve, sem mais remédio, ao *day-after* da Escola Particular.